

**PRODUTOR E PRODUTO: REFLEXÕES SOBRE O ELEMENTO CAMPONÊS  
BRASILEIRO E A AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA**

Aline Sônego\*

**RESUMO:**

O presente artigo tem como objetivo trazer reflexões presentes em estudos historiográficos que enfatizam a presença do elemento camponês no Brasil e a produção agrícola de subsistência, trazendo uma breve contextualização da produção intelectual sobre a temática e destacando as contribuições das análises de Maria Isaura de Queiroz, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva.

**Palavras-chave:** Campesinato. Produção de subsistência. Historiografia.

**ABSTRACT:**

This article aims to bring these reflections on historiographical studies that emphasize the presence of the element in Brazil and the peasant subsistence farming, bringing a brief background of intellectual production on the theme and emphasizing in this context, analysis of the contributions of Maria Isaura de Queiroz, Maria Yedda Linhares and Francisco Carlos Teixeira da Silva.

**Keywords:** Peasantry. Subsistence production. Historiography.

**Introdução**

A produção historiográfica concedeu ao elemento camponês e a sua produção de subsistência diversos enfoques. Por longo período foi negada a existência do campesinato, ao relegá-lo um papel ínfimo na paisagem social do Brasil, considerada como composta, sobretudo, de senhores e escravos. Assim como, a sua produção econômica, que foi despercebida em uma configuração territorial dominada pela grande lavoura monocultora e voltada para a exportação. Em uma perspectiva mais atual, os estudos sobre o elemento camponês analisam um prisma que o insere como um importante sujeito no cenário social brasileiro, analisado através de sua singularidade. A sua produção de subsistência passou a ter uma percepção que ultrapassa a noção de

---

□ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

“espontaneísmo”, dando conta de vislumbrar toda uma dinâmica interna de produção que sempre esteve presente juntamente a *plantation*.

Nesse meio de caminho, entre uma e outra perspectiva, enquadram-se os textos de Linhares e Teixeira da Silva (1981) e Queiroz (1976) como análises fundamentais para entender como a constituição sobre esses grupos sociais marginalizados, deixados de lado inclusive pelos estudos historiográficos. Os seus textos descortinam vieses importantes para se pensar e conceber o elemento camponês no Brasil e o papel de sua produção de subsistência.

Nesse sentido, buscou-se um diálogo entre os referidos autores e as demais pesquisas historiográficas que tratam sobre o tema, especialmente estudos mais recentes, nas quais se percebe a influência das obras de Queiroz, Linhares e Teixeira da Silva.

### **1. Breve contextualização da produção historiográfica sobre o elemento camponês e a produção agrícola de subsistência**

Nas décadas iniciais do século XX, os estudos ainda colocam o elemento camponês, baseados em teorias de cunho racista, como indolente e isolado. Tão isolado que quase não aparece, sendo percebido como não significativo no mundo rural brasileiro. Euclides da Cunha Oliveira Vianna e Gilberto Freire foram alguns dos representantes desta visão sobre o elemento camponês brasileiro. De acordo com Lourenço, Gilberto Freire, em sua obra clássica *Casa Grande e Senzala*:

[...] não dedica nenhum de seus capítulos ao homem livre e pobre dos tempos coloniais. Sua leitura dicotomizadora da sociedade escravista brasileira acabou influenciando toda uma geração de historiadores e sociólogos, mesmo críticos seus, que tendiam a ver na população livre uma classe de marginalizados anômicos, sem lugar na ordem escravocrata (LOURENÇO, p.2).

Na década de 1930 e 1940, os estudos de vertente marxista identificaram essa camada rural, mas não lhe dedicaram a devida atenção por estarem preocupados em inserir a formação social e econômica do Brasil em um dos modos de produção

aclamados por Marx. É nesse período que o enfoque macro-estrutural e dos sistemas econômicos dominantes como determinantes ganharam força. Essa interpretação coloca a economia colonial como fundamentalmente baseada no sistema monocultor agro-exportador e composto duas camadas sociais bem distintas: senhores e escravos.

Dessa forma, o Brasil colônia é percebido em função da metrópole. O camponês brasileiro é identificado, mas não analisado como parte importante na formação social do Brasil, assim como a produção econômica de subsistência. Nessa perspectiva, enquadram-se os estudos de Caio Prado Junior, Celso Furtado, Guimarães e Fernando Novais. Conforme Rodrigues:

A obra de Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil Contemporâneo*, 1942) apresenta a colônia brasileira como totalmente submissa à metrópole portuguesa. A economia era estruturada objetivando somente a transferência de lucros para Portugal e sua base se assentava na exportação, monocultura e trabalho escravo. O mercado interno na colônia era praticamente inexistente. Para Celso Furtado a colônia se organizava em função do mercado externo. Assim como Caio Prado Júnior, desqualificou o mercado interno e também se deteve na monocultura, latifúndio e escravidão. Esses autores, embora não neguem a existência de um mercado interno, atribuem-lhe uma baixa complexidade, identificando-o como uma forma rudimentar de subsistência (RODRIGUES, p.1).

Em 1954, um importante estudo sobre a cultura caipira é concluído por Antonio Candido. *Os parceiros do Rio Bonito* só foi lançado dez anos após a sua conclusão, não merecendo destaque na produção intelectual do autor no período. Duas décadas depois, autores como Maria Isaura de Queiroz dialogaram com a obra. De acordo com Lohn:

Antonio Candido, em especial, conseguiu firmar-se como um ponto de inflexão e de transição entre gêneros que formularam uma primeira visão na aristocrática do Brasil [sic], à qual se deve um forte impulso nos estudos sobre as populações pobres e a cultura do homem rústico, em particular a do caipira paulista, no âmbito da então recém fundada Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (LOHN, 2007, p.2).

Na década de 1970, o contexto revisionista volta os olhos para a dinâmica interna do Brasil e passa a identificar modos de produção específicas da realidade social analisada. O elemento camponês passa a ser analisado com mais atenção, abrindo caminho para estudos que identificam a presença e consideram a sua importância e

diversidade, a exemplo de Jacob Gorender, Ciro Flamarion Cardoso, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Maria Ieda Linhares e Francisco Teixeira. Apesar de não concordarem em muitos pontos de análise, esses autores tem como ponto em comum a percepção de um Brasil analisado em suas especificidades sociais e econômicas. Conforme Rodrigues:

No âmbito das discussões marxistas surge o conceito de Modo de Produção Escravista Colonial, indicativo de que o foco desses autores se encontra nas formas de produção existentes nas colônias americanas. A circulação de capitais e produtos no interior das colônias passa a ser estudado, preocupação que não se observa em estudos anteriores. Esses autores não concordam inteiramente entre si. Ambos atribuirão diferentes graus de autonomia às colônias, sendo que o de Gorender será mais restrito (RODRIGUES, p.2).

Na década final do século XX e início do XXI, percebe-se que as pesquisas em relação ao campesinato cresceram em número e qualidade. De acordo com Rodrigues (p. 6-7) “o trabalho proto-camponês não é mais tido como uma singularidade, pois a diversidade de pequenos proprietários [...] trouxe a tona um mercado interno dinâmico, mesmo que dependente da economia metropolitana”. Pesquisas sobre grupos camponeses contemporâneos, como o caso das comunidades quilombolas, intensificaram-se. No entanto, foram e ainda continuam sendo áreas privilegiadas pelos estudos das disciplinas de antropologia e sociologia.

Em *O Trabalho da Terra*, de Ellen e Klass Wortomann, tem-se um exemplo de um trabalho antropológico em que o trabalho camponês, seu sistema e técnicas de cultivo, assim como o seu *saber-fazer* são analisados dentro de uma lógica própria.<sup>1</sup>

Pedroza coloca sobre o interesse secundário dos historiadores pelo camponês brasileiro, sendo que a temática foi deixada de lado pela reflexão historiográfica. Segundo a autora, a abordagem marxista em dar maior visibilidade à classe operária e a implantação do capitalismo no Brasil, relegou ao campesinato uma perspectiva residual. Pesquisas sobre os camponeses brasileiros ganharam certo fôlego com a Nova História, porém este papel foi assumido mais plenamente pelos estudos antropológicos. Nesse sentido, a autora coloca que é preciso que os historiadores façam seu papel de identificar as dinâmicas sociais destes grupos contribuindo com o “hábito de

desnaturalizar o que parece dado desde sempre, pela busca de articulação entre os diferentes fenômenos, pelo costume de pensar processos, integrando tempo e lugares diferentes” (Fontes, 1998, apud Pedroza, p.10).

Após este breve apanhado sobre os estudos sobre o elemento camponês no Brasil e a sua produção de subsistência, interessa perceber como as análises de Linhares e Teixeira da Silva e Queiroz constituíram importantes obras, não apenas no dado momento em que foram produzidas, mas por continuar influenciando pesquisas atuais de diversas áreas das ciências sociais.

### **2. O campesinato e a produção agrícola de subsistência na perspectiva de Queiroz, Linhares e Silva**

Os textos de Linhares e Teixeira da Silva (1981) e Queiroz (1976) inserem-se em um contexto de revisão do enfoque macro-estrutural e dos sistemas econômicos dominantes como determinantes. Esta perspectiva considera o referido enfoque, mas indica os seus limites na compreensão do território como espaço heterogêneo, formado por sujeitos sociais com interesses diversos e conflitantes. Inspira-se nas linhas teóricas da história social que procura ir além da interpretação que coloca a economia colonial como fundamentalmente baseada no sistema monocultor agroexportador e composto duas camadas sociais bem distintas: senhores e escravos.<sup>2</sup>

Linhares e Teixeira da Silva (1981) já chamavam a atenção sobre a pouca dedicação dos pesquisadores aos estudos referentes à produção de subsistência no período colonial, assim como a análise da dinâmica desta produção, no que se refere ao uso e posse da terra, os regimes agrários, as hierarquias sociais, movimentos demográficos e aos sistemas de cultivo caracterizado pelo tipo de solo, clima, etc. As pesquisas sobre a agricultura produtora de alimentos a percebem numa ótica de que a mesma desempenhou um papel secundário e subordinado aos latifúndios monocultores coloniais.

Conforme se citou anteriormente, assim como a produção da agricultura de subsistência, o seu produtor, o elemento camponês brasileiro, caracteriza-se por um tema controverso, sendo também analisado em uma perspectiva subordinada por muitos

autores, tardio na formação social brasileira ou muitas vezes não percebido no contexto agrário brasileiro, entendido como quase inexistente.

Para Queiroz (1979, p.7), o meio rural e suas populações sitiadas atraíram a atenção de pesquisadores, folcloristas e curiosos que na busca por interpretar as populações consideradas tão distantes de um modo de vida citadino, passaram a realizar interpretações sobre estas populações conhecidas caipiras, caboclos e tabaréus e seu modo de vida que apoiadas por teorias e concepções da época, na maioria das vezes de cunho racista, que segundo a autora por muito tempo “ganharam foros de explicação definitiva”.

A referida autora, baseada em estudos de Nice Muller e Antonio Candido, coloca em xeque uma das visões mais arraigadas sobre o sitiante nacional: o isolamento das populações rurais. Esta idéia foi largamente difundida, especialmente pela obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que interpretou a conservação do modo de vida sertanejo a partir deste isolamento geográfico e conseqüentemente cultural. Esta abordagem foi ultrapassada por Antonio Candido, que em *Parceiros do Rio Bonito*, demonstra uma complexa rede de avizinhamiento e de circulação destas populações rurais, especialmente de uma sociabilidade realizada a partir das práticas religiosas. Esta questão mereceu destaque de Queiroz, complementando a análise colocando que essa circulação e a quebra do isolamento das populações rurais ultrapassa o âmbito religioso. Dessa forma, a autora considera o fator econômico como o preponderante para tirar o sitiante do isolamento, realizado a partir do contato com uma realidade sócio-econômica diferente da sua, através da venda de seus produtos na cidade.

Recentemente, estudos sobre a mobilidade espacial do camponês vêm avançando, demonstrando a lógica destes deslocamentos. Felix (2009 p.241) no estudo da população camponesa migrante para as frentes agrícolas do sudeste do Pará no decorrer do século XX, dá visibilidade de sujeito aos camponeses migrantes, no sentido de compreender suas especificidades, contestando a concepção de irracionalidade econômica das práticas camponesas, assim como a “pré-noção de que o camponês como um sujeito relativamente incapaz de pensar e agir sobre suas próprias práticas no mundo”. Nas palavras do autor:

[...] os deslocamentos desses agentes são cogitados sempre no sentido *mata*, ou seja, sendo expulsos das áreas de valorização mercantil em direção a novas *terras*, acompanhando a abertura de novas fronteiras e juntando apenas os parques pertences que levariam sempre consigo. Seriam uma espécie de seminômades. Com isso, despreza-se não só o status de sujeitos destes agentes, como também a existência de outros percursos, estratégia, ciclos de vida, (pré)visões e planejamento de utilização dos recursos naturais etc. E assim acabam sendo desprezadas também as próprias regras e técnicas sociais em jogo, até mesmo para que este certo tipo de *continuum terra! terra* seja possível. A concepção em que se fundamentam tais noções nega os deslocamentos dos agentes sejam frutos das intenções deles próprios e, muito menos, portanto, que estejam voltados para outra direção que não para sua própria reprodução social “primitiva”, atraídos que seriam sempre pelo magnetismo econômico da fronteira camponesa. Dessa forma, ignoram, *a priori*, a natureza das migrações e a diversidade de experiências adquiridas por eles que, ao contrário, sugerem algumas estratégias bem concretas de deslocamento, até mesmo articulando, ao longo das mudanças, arranjos familiares não-limitados aos arranjos previstos em uma “unidade de produção camponesa” [...] (FELIX, 2009, p.241 e 242).

Essa colocação situa-se em uma nova abordagem sobre a participação da agricultura de subsistência na expansão da fronteira interna. Essa expansão, que na visão de Waibel (1972) e Roche (1969), não constituíram pioneirismo, pois entendem que foi só a partir do elemento imigrante que o desenvolvimento e condição de “região pioneira” se sucedeu. Sobre esta visão, Zarth contribui:

[...] a ocupação de uma região só efetiva, quando obedece a certas condições relativas a idéia de progresso. Ou seja, os colonos alemães, estudados por Jean Roche, são considerados verdadeiros pioneiros das regiões florestais, pois as transformaram radicalmente, dando origem as pequenas cidades e a um comércio vigoroso. Quanto o caboclo, que se dedicava ao extrativismo e a pequenos roçados para a subsistência, com um nível de vida próximo ao do indígena e visto como incapaz de progresso, pouco alterava as condições originais da floresta (ZARTH, 2002, p.164).

Sobre a identificação desta camada rural no Brasil como camponesa, Queiroz (1976) faz sua análise a partir de duas orientações: uma histórica, sobre a origem do camponês na França, com o estudo de Marc Bloch; e a outra sócio-antropológica, com a interpretação de Redfield sobre o campesinato na Península do Yucatã. Estes estudos aproximam suas observações ao concluir que a existência do campesinato está atrelada a

uma condição de subordinação, seja ela senhorial (como no caso da França feudal), seja ela, à cidade (como no caso da Península do Yucatã).

A autora concorda com este critério de definição da condição camponesa ao identificar a camada intermediária da população rural brasileira, que não era nem fazendeiros e nem escravos, como camponesa, utilizando esta perspectiva de “camada subordinada”. Nas palavras de Queiroz, o campesinato brasileiro:

[...] Sua situação ora se conforma com as descrições de Marc Bloch e de Henri Mendras para o campesinato francês tradicional e para o ainda hoje existente – e isso quando coexiste com grandes fazendas monocultoras ou de criação, pois então o sitiante se define por oposição a uma camada social superior de produtores rurais como na França o campesinato se definia por oposição à camada senhorial; ora se aproxima das descrições de Robert Redfield e de Richard Schaedel, que os consideram dependentes das cidades – isto nas regiões brasileiras em que existiram sozinhos, porque ali não se implantaram monoculturas de exportação ou fazendas de gado.[...] (1976, p.31).

A subordinação do elemento camponês, apresentada por Queiroz, foi estendida a compreensão sobre a subordinação da sua produção: a agricultura de subsistência. Conforme Linhares e Teixeira da Silva, esta subordinação acabou por limitar os estudos referentes a este tipo de agricultura. Sobre o desenvolvimento da agricultura de subsistência:

No âmbito dos estudos [...] referidos, cabe à agricultura produtora de alimentos, no conjunto da economia colonial e no nível de análises até então feitas, um papel secundário e subordinado. Em qualquer das correntes assinaladas, à organização da produção colonial destinada ao comércio metropolitano contrapõe-se um relativo espontaneísmo da atividade agrícola voltada para o consumo da população local (LINHARES & TEIXEIRA DA SILVA, 1981, p.117).

Os autores chamam atenção para a existência de uma legislação portuguesa que favorecia, em primeira instância, uma agricultura monocultora e voltada para o exterior, mas que também incentivava a produção de alimentos. A documentação que prova a existência desta legislação é numerosa e repetitiva, reforçando a idéia dos autores de que esta era uma preocupação da Coroa com o abastecimento interno da Colônia.



A normatização referente à agricultura de subsistência não encontrou respaldo nas autoridades colônias, isto porque, que eram compostas pelos “homens bons”, isto é, a categoria social dos grandes latifundiários e comerciantes, que encontravam maneira de neutralizar essas determinações, já que a agricultura de subsistência só tinha seu devido respaldo em períodos de crise de abastecimento.

A agricultura de subsistência não deixou de existir mesmo com a pouca importância dada pelas autoridades coloniais, sendo que, além das áreas ocupadas por sítiantes fora das propriedades agro-exportadoras, ela existiu no interior dela a partir da economia de subsistência realizada pelos escravos. Linhares e Teixeira da Silva (1981, p.135) concordam a tese de Ciro Flamarion Cardoso sobre a brecha camponesa, dizendo que se delinearão “três formas de produção dedicadas ao abastecimento de mercado interno: a brecha camponesa, constituindo um proto-campesinato, os lavradores diretamente subordinados aos senhores de engenho; e os pequenos produtores do Agreste e do Sertão, além, é claro, da pecuária.”

Os autores colocam que esta constatação traz uma oposição a toda uma tradição historiográfica brasileira que procura ver as formas camponesas como um elemento novo na paisagem brasileira.

Analisando a perspectiva da diversidade do elemento camponês, Queiroz alerta que apesar da uniformidade aparente, esta camada possui diversos níveis e divisões, não sendo homogênea nem igualitária. Ainda a autora coloca que havia uma diferenciação entre o camponês que possuía de alguma forma mais meios de produção, assim como animais, que contribuíam para o transporte de produtos em detrimento daqueles que não possuíam e que dependiam deste vizinho mais abonado. Isto ocasionava muitas vezes uma relação de subordinação, assim como Marc Bloch já havia constatado com a diferenciação entre os camponeses após o fim do regime feudal.

Antonio Candido ao estudar a cultura caipira, também faz menção a esta diferenciação existente no interior do campesinato. Segundo o autor, o fazendeiro abastado, o pequeno agricultor e o posseiro, provêm na maioria das vezes dos mesmos troncos familiares e no seu passado compartilhavam as mesmas condições de vida. Essa diferenciação começou a ocorrer mais significativamente após o emprego da mão de obra servil, no qual além da diferenciação do nível econômico mais elevado, também

contribuiu para identificar nos sitiantes, elementos sociais desqualificados socialmente: o antigo escravo e seu descendente. De acordo com Candido:

Aí vemos a relativa indiferenciação do começo substituída pela estrutura mais complexa que lhe sucedeu, sobrepondo o fazendeiro ao seu parente sitiante (muitas vezes senhor de tantas terras quanto ele, mas trabalhando-as pessoalmente), que por sua vez se sobrepunha aos agregados sem estabilidade. Nas três camadas encontramos a presença da cultura caipira; mas na intermediária se localizam as suas manifestações mais típicas, visto que como a superior tende com o tempo a se desligar dela, acompanhando a evolução dos núcleos urbanos; e a inferior sem sempre possui condições de estabilidade, que lhe permitam desenvolver formas adequadas de ajustamento social (1982, p.81).

Dessa forma, ao analisar a presença camponesa no Brasil é preciso levar-se em conta que não se deve homogeneizar este grupo social entendido como igualitário em suas relações sociais intrínsecas. Isto porque, como coloca Queiroz (1976), a relação do camponês com a terra sempre foi variada, mesmo na extensão sua propriedade e na forma como era feito o acesso a terra. O campesinato constituiu nuances diferenciadas, mas em que se situam, por exemplo, parceiros e posseiros como integrantes de um mesmo universo camponês no Brasil.<sup>3</sup>

Ao tratarem de faces de uma mesma moeda, produtor e produto, isto é, camponeses e produção de subsistência, percebeu-se que Queiroz (1976) e Linhares e Teixeira da Silva (1981) concordam em muitos pontos, principalmente no que tange ao percebido desinteresse dos pesquisadores em de aprofundar-se pela temática. Porém, percebe-se que Linhares e Silva procuram ampliar o debate, ao destacar que a dinâmica própria da produção agrícola de subsistência deve ser enfatizada, não estudando esta apenas como subordinada à uma produção maior, no caso das *plantations*.<sup>4</sup>

Queiroz, por sua vez, concorda ao enfatizar a importância de analisar estes grupos, no entanto os identifica através de uma análise que os considera como camada social subordinada. Isto porque ao analisar o elemento camponês sobre o viés de sua subordinação social e econômica, acaba de certa forma limitando a compreensão e estudos que busquem entender a dinâmica interna de forma mais rica, desses grupos sociais que foram e continuam presentes no universo rural brasileiro.

### Considerações Finais

A partir de uma breve contextualização historiográfica, verificamos que a presença de uma camada social intermediária, que não se enquadrava nem como senhor e nem como escravo, é um consenso entre os autores verificados. No entanto, o que varia nesta percepção é a forma como esta camada e sua produção foi percebida, assim como ela foi considerada em relação a sua importância na formação social e econômica do Brasil.

No decorrer deste artigo, procurou-se trazer elementos que constituíram o campesinato brasileiro e a sua produção econômica a partir de abordagens historiográficas que em muitos momentos se contradizem, se complementam e mesmo avançam em relação os estudo sobre a temática.

Utilizando como referencial principal os textos de Queiroz (1976), Linhares e Teixeira da Silva (1981), buscamos dialogar as idéias dos referidos autores a outros pesquisadores da temática sobre o campesinato e a produção de subsistência no Brasil. Nesse sentido, verificou-se que as análises dos referidos autores influenciaram pesquisadores das diversas áreas das ciências sociais, sendo que, especialmente no campo historiográfico, as abordagens de Linhares e Teixeira da Silva contribuíram com fortalecimento dos núcleos de pesquisa em História da Agrária, nos programas de pós-graduação no país.

### Referências bibliográficas

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas cidades, 2ed., 1982, p.67-103.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *História da agricultura e historia regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa*. In: \_\_\_\_\_. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979 p.13-93.

FELIX, Gil Almeida. *Os vira-mundos e a condição camponesa*. In: NEVES, D.(org.). Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Núcleos de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.

LINHARES, Maria Yedda. *História Agrária*. In: VAINFAS, R. & CARDOSO, C. F. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 243-270.

LINHARES, Maria Yedda & TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Antonio Candido e os parceiros: para além do dualismo*. *Revista Esboços* Nº 15 - UFSC, 2007. Disponível em: [www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/viewPDFInterstitial/.../272](http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/viewPDFInterstitial/.../272). Acesso em: 15 dez. 2009.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *Campesinato e fronteiras: História e espaços camponeses no povoamento pioneiro do triângulo mineiro (1780-1820)*. [artigo]. Disponível em: [www.ichs.ufop.br/conifes/anais/PES/pes0402.htm](http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/PES/pes0402.htm). Acesso em 2 dez. 2009.

PEDROZA, Manoela. *Poeira da história?* Discutindo o silenciamento da historiografia brasileira sobre os trabalhadores rurais no século XX. [artigo]. Disponível em: [www.labhstc.ufsc.br/.../Manoela%20pedrozo.doc](http://www.labhstc.ufsc.br/.../Manoela%20pedrozo.doc). Acesso em 28 nov. 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O sitiante tradicional brasileiro e o problema do campesinato*. In: \_\_\_\_\_. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1973 (p.7-32).

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p.319-400.

RODRIGUES, Davidson de Oliveira. *Colonização portuguesa, escravismo e atividades econômicas: breve balanço historiográfico*. [artigo]. Disponível em: [www.fafich.ufmg.br/.../colonizacaoportuguesaescravismoeatividadeseconomicas.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/.../colonizacaoportuguesaescravismoeatividadeseconomicas.pdf). Acesso em 02 dez. de 2009

WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2ed., 1979, p.279-311.

WOORTMANN, Ellen F, WOORTAMANN, Klass. *O Trabalho da Terra*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ZARTH, Paulo A. *Do arcaico ao moderno: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

## Notas

- <sup>1</sup> O trabalho dos autores foi baseado a partir de dados de campo obtidos no início dos anos 1980, em vários municípios do estado de Sergipe, com a visita aos roçados e fazendo perguntas aos sítiantes, na tentativa de alcançar a inteligência dos modos dos camponeses de cultivar a terra.
- <sup>2</sup> De acordo com Linhares & Teixeira da Silva (1981, p.103): “Ao historiador da agricultura cabe, acima de tudo captar o ritmo próprio de sua história, redefinir conceitos, reformular o quadro de hipóteses. Detectar as “relações de produção” no campo é tarefa bem mais complexa do que aplicar com simplicidade a velha forma manequeísta: burguesia e proletariado, dominantes e explorados, os que detêm e os que não detêm a propriedade dos meios de produção.”
- <sup>3</sup> Cardoso (1979) destaca, neste sentido, o papel que a abordagem da História Regional, com a possibilidade de trabalhar com fontes locais e acompanhar a evolução do processo produtivo, contribuindo para uma História da Agricultura e conseqüentemente as suas nuances com o elemento camponês.
- <sup>4</sup> A posição dos autores parece concordar com a opinião de Ciro Flamarion Cardoso, pois este diz que a estrutura camponesa se define sobretudo pelas seguintes características: acesso estável a terra, trabalho predominantemente familiar, economia fundamentalmente de subsistência e certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, o que o autor chama de *autonomia estrutural* (1979, p.52).